

## CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

### ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento.....	2
2. Objeto do procedimento .....	2
3. Entidade Adjudicante.....	2
4. Órgão que tomou a decisão de contratar.....	2
5. Fundamentação da escolha do procedimento.....	2
6. Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões .....	2
7. Preço base .....	3
8. Preço anormalmente baixo de uma proposta.....	3
9. Documentos que constituem a proposta.....	3
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta.....	4
11. Propostas variantes .....	4
12. Prazo e modo de apresentação das propostas.....	4
13. Critério de adjudicação.....	4
14. Negociações.....	6
15. Caução .....	6
16. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.....	6
17. Idioma dos documentos de habilitação.....	7
18. Outros documentos obrigatórios.....	7
19. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação.....	8
20. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras.....	8
21. Despesas e encargos para celebração do contrato.....	8
22. Consulta Preliminar .....	8
23. Legislação aplicável.....	9
ANEXO I – (Modelo de) Declaração.....	10
ANEXO II – (Modelo de) Declaração.....	12

## 1. Identificação do Procedimento

Consulta Prévia Geral n.º **CPG/110/2024/DMC**.

## 2. Objeto do procedimento

1. Fornecimento de **equipamento de segurança para o transporte de crianças em dois autocarros**<sup>1</sup>.
2. O objeto do contrato abrange ainda **serviços de aplicação dos equipamentos**.

## 3. Entidade Adjudicante

Município do Porto.

## 4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Vice-Presidente e Vereador do Pelouro do Ambiente e Transição Climática e do Pelouro da Inovação e Transição Digital, Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo, no exercício da competência subdelegada pelo artigo 22.º das NEO 2024, aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal (AM), na sua sessão de 04.12.2023, publicada no BME n.º 4573 e pela O.S. n.º NUD/178588/2022/CMP de 22.03.2022, publicada no B.M.E. n.º 4484, retificada e republicada pela O.S. n.º NUD/208860/2022/CMP, de 05.04.2022, publicada no BME n.º 4486.

## 5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea c), do n.º 1, do artigo 20.º e artigo 32º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

## 6. Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem, exclusivamente através da plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. É ao júri, que compete por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, prestar esclarecimentos.
3. Compete ao júri, por delegação do órgão competente para a decisão de contratar, decidir, de acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas sempre que os esclarecimentos sejam prestados para além do prazo fixado no artigo 50.º também do CCP.

<sup>1</sup> Bancos dotados de sistemas de Retenção para crianças (SRC) - no cumprimento da Lei n.º 13/2006.

## 7. Preço base

1. Os **preços unitários**, que não incluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sendo os valores máximos que a entidade adjudicante aceita pagar e que limitam os preços unitários contratuais, são os constam abaixo:
  - a. **48.026,00€** - Pelo **fornecimento dos equipamentos de segurança para o transporte de Crianças**, em conformidade com o descrito no número 1 do Anexo A do caderno de encargos (valor sem IVA).
  - b. **4.660,00€** - Pelos **serviços de aplicação dos equipamentos**, em conformidade com o descrito no número 2 do Anexo A do caderno de encargos (valor sem IVA).
2. O **preço base**, para a vigência máxima prevista no caderno de encargos, corresponde a **52.686,00€**, valor sem IVA.

## 8. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP não são definidas as situações em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

## 9. Documentos que constituem a proposta

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas dos seguintes documentos:
  - a. **Declaração** emitida conforme modelo constante do **Anexo I** ao presente Convite;
  - b. **Documento com o preço unitário pelo fornecimento dos equipamentos (Bens)**, que não deve incluir o IVA, em conformidade com o descrito no número 1 do Anexo A do caderno de encargos;
  - c. **Documento com o preço unitário pelos serviços de aplicação dos equipamentos (Serviços)**, que não deve incluir o IVA, em conformidade com o descrito no número 2 do Anexo A do caderno de encargos;
  - d. **Documento com o Prazo de entrega em dias corridos**, em conformidade com o prazo máximo definido no n.º1 da cláusula 5ª do caderno de encargos.
2. Não integram a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente, exceto os que sejam indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP.

## 10. Idioma dos documentos que constituem a proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais

## 11. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.

## 12. Prazo e modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues **até às 17:00 horas do 6.º dia** a contar da data do envio do presente convite.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de proposta (s) coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.
3. A transferência do termo do prazo definido no n.º 1, por força do estabelecido no n.º 2, não determinará qualquer alteração aos restantes prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação das propostas<sup>2</sup>.
4. A proposta e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)
5. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

## 13. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade: **Multifator** tendo em conta os seguintes fatores e respetivas ponderações, sendo considerada mais vantajosa a que apresentar a Pontuação Final (PF) mais elevada:

Fator	Ponderação	
Preço (PR)	85%	100%
Prazo de entrega (PE)	15%	

### a.1 Descritor do fator Preço (PR):

A análise das propostas em face do fator **Preço (PR)** pelo fornecimento dos bens (Equipamentos) e a execução dos Serviços será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

<sup>2</sup> Este limite refere-se ao Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 50º do CCP). delas em particular

$$PPR = 100 - \left[ \frac{100}{PR_{max} - PR_k} \right] \times (PR_p - PR_k)$$

Em que:

**PPR** – Pontuação atribuída ao fator Preço pelo fornecimento dos bens (Equipamentos) e a execução dos Serviços da proposta em análise;

**PR<sub>max</sub>** – Preço limiar máximo admissível do Preço, sob pena de exclusão das propostas, que corresponde ao preço total base, ou seja **52.686,00€**;

**PR<sub>k</sub>** – Preço de referência mínimo, apenas para efeitos de avaliação das propostas que corresponde a **40%** do preço total base;

**PR<sub>p</sub>** – Preço total da proposta em análise, que resulta da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$PP_p = PUB + PUs$$

Em que:

**PUB**- Preço unitário pelo fornecimento dos Equipamentos (Bens), conforme especificações descritas no número 1 do Anexo **A** do Caderno de Encargos, da proposta em análise;

**PUs**- Preço unitário pelos serviços de aplicação dos equipamentos, conforme especificações descritas no número 2 do Anexo **A** do Caderno de Encargos, da proposta em análise.

***Nota:** Sem prejuízo do disposto no ponto 8.º do presente convite, o preço de referência mínimo (PR<sub>k</sub>) é um valor meramente indicativo e apenas para aplicação da fórmula, não constituindo qualquer limiar mínimo que impossibilite a apresentação de proposta abaixo desse valor.*

#### **b.1 Descritor do fator Prazo de Entrega (PE):**

A análise das propostas em face do fator Prazo de Entrega (em dias corridos) será operacionalizada através da aplicação da fórmula seguidamente indicada:

$$PPE = 100 - \left[ \frac{100}{PE_{max} - PE_k} \right] \times (PE_p - PE_k)$$

Em que:

**PPE** - Pontuação atribuída ao fator Prazo de entrega da proposta em análise;

**PE<sub>max</sub>** - Prazo de entrega (em dias corridos) máximo admissível, sob pena de exclusão da proposta, nos termos do número 1 da cláusula 5.ª do caderno de encargos que corresponde a **120 dias corridos**;

**PE<sub>k</sub>** - Prazo de entrega mínimo (em dias corridos), apenas para efeitos de avaliação das propostas que corresponde a **100 dias corridos**;

**PE<sub>p</sub>** – Prazo de entrega (em dias corridos) da proposta em análise.

***Nota:** O Prazo de entrega mínimo (em dias corridos) PE<sub>k</sub> é um valor meramente indicativo e apenas para aplicação da fórmula, não constituindo qualquer limiar mínimo que impossibilite a apresentação de proposta abaixo desse valor.*

## 2. Regras de arredondamento:

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando três casas decimais, processando-se o arredondamento da **pontuação final** do critério de adjudicação até à segunda casa decimal.

## 3. Critérios de desempate:

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas em função das seguintes regras aplicadas de forma sucessiva e enquanto houver necessidade de desempate:

- a. Maior Pontuação atribuída ao fator Preço (PR) da proposta;
- b. Aumento subsequente das casas decimais da pontuação final;
- c. Por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
  - i. A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 (três) dias úteis de antecedência, com a indicação da data, da hora e do local da sua realização.
  - ii. O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
  - iii. Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
  - iv. A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
  - v. Numa urna são introduzidas as bolas com os números respetivos, procedendo-se seguidamente à sua extração.
  - vi. A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem da extração efetuada.
  - vii. O júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na referida sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

## 14. Negociações

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

## 15. Caução

Não será exigível a prestação de caução.

## 16. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite.

2. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do art.º 55.º do CCP.
3. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
4. Certificado de registo criminal<sup>3</sup>, ou documento equivalente<sup>4</sup>, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “*Contratação Pública*”.
5. Cópia da certidão do registo comercial ou o código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.

## 17. Idioma dos documentos de habilitação

Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.

## 18. Outros documentos obrigatórios

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar:
  - a. **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** <sup>5</sup> – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto<sup>6, 7</sup>, ou o respetivo código de acesso;
  - b. **Declaração subscrita** pelo(s) representante(s) legal(ais) da entidade com a indicação da sua dimensão (Micro, pequena ou média empresa, Pequena Empresa, Micro Empresa, Média Empresa ou Grande Empresa).
2. A não apresentação do documento referido na alínea a) do ponto anterior, e tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, e/ou o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. A não apresentação do documento referido na alínea b) do ponto anterior impossibilita a publicitação do contrato no portal Base.Gov que é condição de eficácia para efeitos de pagamento ao adjudicatário.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

<sup>3</sup> O registo criminal pode ser obtido mediante o preenchimento e envio de um requerimento por e-mail ou através do Portal do registo criminal online: <https://lnkd.in/drGBB2s>. Mais informações em: <https://lnkd.in/eFd97w5>.

<sup>4</sup> Nos termos do n.º 3 do artigo 83.º-A do CCP.

<sup>5</sup> O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo>.

<sup>6</sup> Não aplicável a entidades em nome individual.

<sup>7</sup> “Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.”

## 19. Prazos para apresentação dos documentos de habilitação<sup>8</sup>

1. Os documentos deverão ser apresentados no prazo máximo de **3 dias** após a notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
3. A supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de **3 dias**, após notificação pela Divisão Municipal de Compras.
4. Ao adjudicatário será concedido um prazo de **3 dias** para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do n.º 2 do artigo 86.º do CCP.

## 20. Prazo para confirmar compromissos assumidos por entidades terceiras

Os compromissos assumidos por entidades terceiras devem ser confirmados no mesmo prazo previsto para apresentar os documentos de habilitação.

## 21. Despesas e encargos para celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

## 22. Consulta Preliminar

1. A abertura do procedimento de formação de contrato público foi precedida de consulta preliminar ao mercado prevista no artigo 35.º-A do CCP.
2. Os concorrentes podem, nos termos do disposto no art.º 35.º-A n.º 4 do CCP, requerer o acesso à informação pertinente prestada por algum dos concorrentes ou empresas associadas a estes em sede de consulta preliminar.
3. A consulta referida no número anterior só poderá ocorrer após terminado o prazo de apresentação de propostas.
4. Para cumprimento do previsto no número anterior, os concorrentes deverão apresentar requerimento através do canal “Outras Comunicações”, disponível na plataforma eletrónica de contratação em uso nesta entidade ([www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)).
5. Nos termos da lei, não serão disponibilizados documentos que estejam protegidos por segredo comercial ou industrial, ou sobre a vida interna de uma empresa.

<sup>8</sup> Para efeitos de cumprimento dos prazos que constam do clausulado do presente ponto, consideram-se as 23h59 como hora limite de apresentação dos documentos.



### **23. Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo D.L. n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual) e restante legislação aplicável.

## ANEXO I – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) n.º 1 do art.º 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do art.º 256.º-A, conforme aplicável]

1. (nome, número de documento de identificação<sup>(9)</sup> e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(10)</sup> (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(11)</sup> se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(12)</sup>:
  - a. ....
  - b. ....
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito

<sup>(9)</sup> Indicar o n.º do BI ou do CC

<sup>(10)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

<sup>(11)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

<sup>(12)</sup> Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento

candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(local, data e assinatura)<sup>(13)</sup>.

---

<sup>(13)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO II – (Modelo de) Declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes]

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de <sup>(14)</sup> ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(15)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(16)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(17)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), ..... (data), ..... [assinatura <sup>(18)</sup>].

<sup>(14)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(15)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(16)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(17)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(18)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º